



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

JORDIANA LIMA NUNES

**ASPECTOS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

**Palmas
2017**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

JORDIANA LIMA NUNES

**ASPECTOS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção de título de Tecnólogo do CST em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, campus Palmas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Mendes Pedroza

**Palmas
2017**

Nunes, Jordiana Lima

Aspectos Relacionados à Sustentabilidade Ambiental no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins / Jordiana Lima Nunes. - Palmas, 2017. 51 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Mendes Pedroza

1. Sustentabilidade 2. Meio Ambiente 3. Administração Pública I.
Título

Jordiana Lima Nunes

**Aspectos Relacionados à Sustentabilidade Ambiental no Tribunal Regional Eleitoral
do Tocantins**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção de título de Tecnólogo do CST em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, campus Palmas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Mendes Pedroza

Aprovado em ____/____/____

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Marcelo Mendes Pedroza (Orientador)
IFTO – Campus Palmas

Prof. (a) Esp. Elaine da Cunha
IFTO – Campus Palmas

Prof. Esp. Luiz Antônio Lopes Toledo
IFTO – Campus Palmas

Palmas
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por todo apoio e incentivo nas minhas decisões e por estar sempre ao meu lado, agradeço ao meu orientador, Dr. Marcelo Mendes Pedroza pela dedicação e comprometimento na realização deste trabalho. Muito obrigada a todos!

*“A Terra tem o suficiente para todas as
nossas necessidades, mas somente o necessário.”*

Mahatma Gandhi

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as ações desenvolvidas em um órgão público Federal no que se refere aos aspectos relacionados à sustentabilidade e a aplicação do conceito e práticas sustentáveis pautadas na economia de recursos, diminuição dos impactos ambientais e na qualidade de vida dos servidores. O órgão escolhido faz parte do poder judiciário. E em 2015 o Conselho Nacional de Justiça determinou através da Resolução 201, que todos os membros devem praticar ações de sustentabilidade e apresentar resultados por meio do Plano de Logística Sustentável que é uma ferramenta de gestão que permite estabelecer e acompanhar as práticas de sustentabilidade e racionalização de forma sistêmica. A pesquisa demonstra os ganhos de economicidade e eficiência na administração pública por meio de atividades desenvolvidas pelo Plano de Logística Sustentável, que busca o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público por meio de ações de conscientização dos servidores, proteção ambiental e uso sustentável dos bens.

Palavras Chave: Sustentabilidade. Meio ambiente. Administração Pública. Plano de Logística Sustentável.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the actions developed in a Federal public agency regarding the aspects related to sustainability and the application of the concept and sustainable practices based on the economy of resources, reduction of the environmental impacts and the quality of life of the servers. The chosen organ is part of the judiciary. And in 2015 the National Council of Justice determined through Resolution 201 that all members should practice sustainability actions and present results through the Sustainable Logistics Plan, which is a management tool that allows establishing and monitoring sustainability practices and Rationalization in a systemic way. The research demonstrates the gains of economics and efficiency in public administration through activities developed by the Sustainable Logistics Plan, which seeks to improve the quality of public spending through actions to raise awareness of environmental protection and sustainable use of goods.

Keywords: Sustainability. Environment. Public administration. Sustainable Logistics Plan.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 Sustentabilidade	12
2.2 Pilares da Sustentabilidade	13
2.3 Legislação.....	15
2.4 Responsabilidade Socioambiental.....	17
2.5 Políticas Públicas Ambientais	18
2.6 Licitação Sustentável	21
2.7 Agenda 21.....	21
2.8 Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	22
2.9 Plano de Logística Sustentável – PLS.....	23
3 MATERIAIS E MÉTODOS	26
3.1 Levantamento de dados	26
3.2 Análise das respostas.....	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	29
4.1 Histórico do TRE-TO.....	29
4.2 Diagnóstico das práticas de sustentabilidade	30
4.3 Recomendações.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE A.....	51

1 INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é uma palavra que está em alta, à preocupação com o meio ambiente, o consumo consciente, o mundo que vai ficar para as futuras gerações, o que a sociedade está fazendo e o modo como às organizações estão gerindo seus negócios. Promover sustentabilidade é o grande desafio para as organizações. Fazer com que o desenvolvimento econômico e a preocupação com o meio ambiente sejam aliados, gerando lucro com menos impactos ambientais.

Desenvolvimento sustentável deve levar em conta tanto a viabilidade econômica quanto a ecológica. A sustentabilidade vem mostrar que é possível desenvolver causando menos destruição ao meio ambiente, simples ações que quando somadas a outras tornam-se grandes. O consumo de copos descartáveis, economia de água, energia elétrica, coleta seletiva, consumo responsável.

A sustentabilidade nas organizações públicas tem a função de minimizar os impactos sociais e ambientais e estimular os gestores públicos a incorporar e desenvolver uma gestão sociambiental tornando-se agentes de mudanças. Quando as necessidades são atendidas de forma efetiva e os atores percebem que suas necessidades básicas estão sendo atendidas, estão proporcionando oportunidades e possibilidades de uma vida melhor, então o desenvolvimento sustentável está sendo trilhado (SCHNEIDER, 2009).

Este trabalho teve como objeto analisar as ações socioambientais desenvolvidas no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO). O órgão possui um Plano de Logística Sustentável (PLS), onde são definidas as metas a serem atingidas e desenvolvem diversas atividades voltadas à preservação do meio ambiente e a sustentabilidade.

O Plano de Logística Sustentável do TRE-TO conta com recursos e programas para ter um controle e acompanhamento de tudo que é feito. Sustentabilidade não está relacionado apenas ao meio ambiente, é uma preocupação maior. Sustentabilidade é saber usar os recursos naturais sem comprometer as necessidades das gerações futuras, é a economia de recursos financeiros, mudanças de mercado, esta ligada a qualidade de vida, bem estar e reconhecimento da organização, portanto essas metas devem estar no planejamento estratégico para que a organização tenha bons resultados.

Essa preocupação não deve ter limites, precisa ser expandida e colocada em prática a todo o momento e em qualquer lugar, pois os resultados são notáveis, tanto na economia de matérias como na qualidade de vida daqueles que participam desse processo.

Sustentabilidade é a forma de utilizar os recursos naturais conscientemente sem causar prejuízo ao meio ambiente, é um conjunto de ações e o novo desafio para as organizações. É necessária a aplicação e a disseminação de políticas públicas voltadas ao meio ambiente e sustentabilidade, assim como o conhecimento da legislação, pois elas vão despertar a conscientização e reflexão das nossas ações.

O que estão fazendo pelo planeta? O que vão deixar para as outras gerações? Ser sustentável é pensar no futuro, na economia e no uso adequado dos recursos naturais. Ser sustentável é garantir que esses recursos não vão faltar. O pensar e agir de forma consciente desde pequenas ações no dia a dia em casa até o consumo racional dentro das organizações, pois essas atitudes devem ser praticadas e repassadas em qualquer lugar, não só no ambiente de trabalho.

O que o órgão escolhido está fazendo pensando na sustentabilidade e quais são os resultados dessas ações?

A escolha desse tema partiu da razão de que se escuta muito essa palavra sustentabilidade, mas ainda é pouco praticada. Com isso a pesquisa buscou analisar a preocupação da instituição com a preservação ambiental, as práticas de sustentabilidade e ações desenvolvidas. A boa gestão do gasto público permite a redução de desperdícios e possibilita a otimização dos recursos. Colocar em prática atitudes simples que vão desde desligar uma lâmpada ao deixar um ambiente, economizar água, evitar o desperdício, comprar apenas o necessário, optar por produtos menos prejudicial ao meio ambiente.

Essa pesquisa procurou ressaltar a importância desse tema e mostrar que é possível atingir bons resultados com essas práticas e que o desenvolvimento sustentável dentro das organizações é a palavra chave para o sucesso e o reconhecimento em um mercado cada dia mais competitivo, por isso é preciso incentivar novas atitudes e conhecer mais sobre sustentabilidade nas organizações públicas.

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar as práticas de sustentabilidade na gestão de um órgão público do município de Palmas (Tocantins).

Para tanto teve como objetivos específicos:

- Identificar as medidas empregadas pelo TRE-TO como forma de diminuir os gastos e combater o desperdício com energia, água, telefonia, materiais de consumo e deslocamento de pessoal;
- Diagnosticar as práticas de sustentabilidade adotadas pelo Órgão público;
- Avaliar os processos de licitação sustentável, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens e serviços pautados por critérios de sustentabilidade ambiental.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Sustentabilidade

A palavra sustentabilidade está em alta, muito tem se falado sobre ser sustentável, ter consciência ambiental, mas não é de hoje esse desafio. O conceito de sustentabilidade ganhou força ainda no século XX em eventos organizados pela ONU, para Boff (2012), sustentabilidade é o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e integridade do planeta, a preservação dos ecossistemas que possibilitam à existência e reprodução da vida, o atendimento das necessidades das gerações presentes e futuras e a continuidade das espécies.

Segundo a ONG WWF Brasil (2016), “O desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.” É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Ainda de acordo com a ONG existe uma série de medidas a serem adotadas para que se possa alcançar o desenvolvimento sustentável. E que depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos.

O desenvolvimento sustentável busca a qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem. “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações”. Definição da ONU, do relatório Brundland, (1987). O relatório trazia algumas medidas para a diminuição de energia, buscar fontes renováveis, desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente as medidas também apontavam possíveis soluções para diminuição da pobreza no mundo.

Em 1992 foi realizada Conferência Eco 92, também realizada pela ONU, evento ficou conhecido como Cúpula da Terra ou Rio 92, e foi onde mais de 170 países comprometeram com as metas para a formulação da agenda 21. Que traz um conjunto de metas pra um mundo equilibrado.

E em 2002 em Joanesburgo foi definido que o desenvolvimento sustentável é formado por três pilares independente e interligados Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social e Proteção Ambiental.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, conhecida mais amplamente como Rio +20, frustrou diversas expectativas. Entretanto, por menores que tenham sido os avanços, permanece na agenda a renovação, em diferentes níveis, os desafios e compromissos com a sustentabilidade no sentido amplo e abarcando variadas dimensões (SYDENSTRICKER; SILVA; MONTE MÓR, 2014).

Além das diversas recomendações com o objetivo de dar o primeiro passo no que se refere à sustentabilidade, os autores ainda ressaltam a criação de bases sólidas para o desenvolvimento de uma cultura de planejamento e gestão alicerçada em dados e indicadores, o que inclui obrigatoriamente a criação de sistemas públicos de informação no nível urbano, local, regional e nacional (SYDENSTRICKER, SILVA e MONTE MÓR, 2014).

A preocupação com o meio ambiente não está apenas no setor privado e têm tornado essencial para o setor público na prestação de contas. A busca pela diminuição dos impactos ambientais causados pelas atividades administrativas e o atendimento a legislação de gestão e sustentabilidade ambiental.

2.2 Pilares da Sustentabilidade

Para tratar das questões relacionadas à sustentabilidade é necessário maior integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. No site da Universidade de São Paulo (USP), o Laboratório de Sustentabilidade – LASSU apresenta os Três pilares da sustentabilidade e diz que a imagem do tripé é perfeita para entender a sustentabilidade, pois estão contidos os aspectos econômicos, ambientais e sociais, que devem interagir, de forma holística, para satisfazer o conceito.

A figura 1 a seguir ilustra os pilares da sustentabilidade: o econômico, social e ambiental. Sem estes três pilares a sustentabilidade não se sustenta.

Figura 1- Pilares da sustentabilidade



Fonte: SANTA CATARINA Industrial Land.

Econômico – A palavra economia, no dicionário, é definida como: Organização de uma casa, financeira e materialmente. Este pilar traz o retorno do significado de cuidar da casa. São analisados os temas ligados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços e devem-se levar em conta os outros dois aspectos. Ou seja, não adianta lucrar devastando e destruindo o meio ambiente.

Social – Trata-se do capital humano de um empreendimento, comunidade, sociedade como um todo. Além de salários justos e estar adequado à legislação trabalhista, é preciso pensar em outros aspectos como o bem estar dos seus funcionários, propiciando, por exemplo, um ambiente de trabalho agradável, pensando na saúde do trabalhador e da sua família. Nesse item, estão contidos também problemas gerais da sociedade como educação, violência e até o lazer.

Ambiental – Refere-se ao capital natural de um empreendimento ou sociedade. É a perna ambiental do tripé e é importante pensar a curto, médio e longo prazo. A princípio, praticamente toda atividade econômica tem impacto ambiental negativo. Nesse aspecto, a empresa ou a sociedade deve pensar nas formas de amenizar esses impactos e compensar o que não é possível amenizar.

Portanto Sustentabilidade social está ligada a qualidade de vida da população, equidade na distribuição de renda e diferenças sociais. Sustentabilidade econômica regularização do fluxo dos investimentos, equilíbrio de balanço de pagamento e a Sustentabilidade Ambiental a conservação e equilíbrio de

ecossistema, redução dos resíduos tóxicos e da poluição, reciclagem de materiais e energia, conservação, tecnologias limpas e eficiência das leis ambientais.

2.3 Legislação

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece em seu artigo 225. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o dever de preservá-lo para as futuras gerações.”

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Capítulo VI - DO MEIO AMBIENTE (ART. 225)

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento) (Regulamento)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento).

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento).

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento).

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade. (Regulamento)

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

A lei 9.795, de 1999, define a Política Nacional de Educação Ambiental. Segundo essa política, a educação ambiental é um componente essencial e

permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) trabalha com diretrizes e políticas públicas que promovem a educação ambiental no país. Oferecendo formação tanto para educadores como para a sociedade, através de cursos nas modalidades presenciais e a distância, incentivo a sustentabilidade também na agricultura familiar.

No site do Ministério do Meio ambiente também cita o decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

Só é possível promover desenvolvimento com qualidade de vida por meio da sustentabilidade, mas a descentralização de políticas públicas torna-se um dos maiores obstáculos. É necessário levar em conta a política cultural, questões socioambientais e econômicas. Por isso a importância de aplicação e disseminação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A necessidade de implementar políticas públicas.

Na obra O Brasil na agenda internacional para o desenvolvimento sustentável Morris; Bezerra e Carvalho (2013, p. 41), afirmam que o Brasil vem aumentando a preocupação com o meio ambiente de forma gradual e que varias iniciativas voluntárias vem sendo implementadas, incluindo associações e grupos organizados pelo setor privado. Na p. 42, diz que será necessária a eliminação de subsídios para determinados setores e modificações nas políticas tributárias.

Os autores ainda afirmam que os movimentos de preservação ambiental ganharam importância após a conferência que aconteceu no Rio de Janeiro a Rio de 1992. E que durante os anos de 1990, o movimento ambiental e as ONGs ganharam força e desde então vêm mostrando-se cada vez mais importantes para a manutenção de várias questões na agenda política. Ainda afirmam que a sociedade civil brasileira tornou-se mais envolvida em questões ambientais (MORRIS; BEZERRA e CARVALHO, 2013).

O livro cita também as metas de Biodiversidade. A meta número 4 diz que até 2020, governos, o setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão tomado medidas ou implementarão planos para a produção e o consumo sustentáveis, e terão conseguido restringir os impactos da utilização de recursos naturais dentro de limites ecológicos seguros (MORRIS; BEZERRA e CARVALHO, 2013).

No portal do Ministério do Meio Ambiente, traz informações de que o setor ambiental e órgãos estaduais e municipais relacionados ao meio ambiente deverão enfrentar desafios para manter a biodiversidade nas agendas, o que exigirá mudanças profundas nos incentivos econômicos existentes.

Já a resolução nº 201 de 2015, trata do Plano de Logística Sustentável e das medidas adotadas pelo Poder Judiciário.

Resolução Nº 201 de 03/03/2015

Ementa: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ)

Art. 1º Os órgãos do Poder Judiciário relacionados nos incisos I-A a VII do art. 92 da Constituição Federal de 1988 bem como nos demais conselhos, devem criar unidades ou núcleos socioambientais, estabelecer suas competências e implantar o respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

Art. 2º Os órgãos e conselhos do Poder Judiciário deverão adotar modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

2.4 Responsabilidade Socioambiental

Responsabilidade Socioambiental está ligada a ações que respeitam o meio ambiente e a políticas que tenham como um dos principais objetivos a sustentabilidade. Todos são responsáveis pela preservação ambiental os governos, empresas e cada cidadão.

O plano de ação para a produção e consumo sustentáveis é uma iniciativa do MMA, que tem o objetivo de fomentar políticas, programas e ações que promovam a produção e o consumo sustentável no país.

O plano trabalha em seis áreas principais: Educação para o Consumo Sustentável; Varejo e Consumo Sustentável; Aumento da reciclagem; Compras Públicas Sustentáveis; Construções Sustentáveis e Agenda Ambiental na

Administração Pública (A3P). Esse último programa incentiva a incorporação de atitudes sustentáveis na rotina dos órgãos públicos do país.

Para que as políticas públicas sejam cada vez mais próximas aos cidadãos, o MMA coordena as conferências do meio ambiente, cuja proposta é ouvir governo nacional e local, iniciativas empresariais, organizações não governamentais e cada brasileiro sobre a gestão ambiental no país.

Os autores dizem observar no Brasil um olhar diferenciado do setor produtivo e do Governo em buscar soluções social e ambientalmente responsáveis para nosso crescimento. A Economia Verde é vista como oportunidade cada vez mais abraçada no País. Observam também uma forte adesão da sociedade às práticas mais conscientes de consumo, com cidadãos ansiosos para fazer parte da mudança. (Ministério do Meio Ambiente, 2016)

2.5 Políticas Públicas Ambientais

Quando a sustentabilidade está inserida nas políticas públicas é possível uma melhoria visível na vida da população e na comunidade, tornando-se assim uma sociedade sustentável, levando em conta a relação entre o ser humano e o meio ambiente e com a certeza de que o descontrole irá trazer muito mais do que prejuízos econômicos.

O Brasil vem buscando incentivar a criação de políticas públicas e atividades para a construção de um sistema sustentável que promovam o envolvimento de empresas, organizações públicas e sociedade. Mudanças que tiveram início nas instituições privadas e o governo tenta trazer para o setor público.

As instituições privadas têm servido de incentivo ao setor público que vem aderindo ideias e projetos do setor privado buscando a cada dia acompanhar as mudanças. O setor público também está buscando melhorias está preocupado com a imagem, como a instituição é vista. O governo precisa demonstrar ainda mais a preocupação com o meio ambiente e sustentabilidade por meio de políticas públicas que devem estar inseridas na agenda.

Nesse sentido as políticas públicas designadas ao desenvolvimento sustentável devem complementar essas ações, já que as políticas públicas ampliam

as ações desenvolvidas pelas organizações.

SOUZA (2006), define o surgimento e a área de atuação de política públicas, como e por que surgiu e a área de políticas públicas. A autora afirma que entender a origem de políticas públicas é importante para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas. Para a autora as políticas públicas surgem nos EUA, no mundo acadêmico, já na Europa Políticas Públicas surge das teorias explicativas sobre o papel do estado, sendo o Governo produtor de Políticas públicas. É o que o governo faz ou deixa de fazer.

Ainda para a autora Políticas Públicas assume uma visão holística, ou seja, que situa em diversas unidades e atua em vários campos e disciplinas e busca sintetizar as teorias do campo da sociologia, da ciência política e economia, embora se enquadre mais na ciência política.

Souza (2006, p. 26), define Políticas públicas como o estado em ação. “Colocar o governo em ação e propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Mudanças e soluções de problemas”.

E conclui que “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (Souza, 2006, p. 26).

As Políticas Públicas são um conjunto de decisões, planos, metas e ações governamentais (seja a nível nacional, estadual ou municipal) voltados para a resolução de problemas de interesse público. Que podem ser específicos, como a construção de uma ponte ou gerais, como melhores condições na saúde pública. Em geral, entende-se Políticas Públicas como instrumento ou conjunto de ação dos Governos (SOUZA, 2006).

As políticas públicas quando voltadas as práticas ambientais e ao desenvolvimento sustentável geram resultados positivos no ciclo de investimentos e ações desenvolvidas pelas organizações. A avaliação ambiental é um instrumento de integração entre sustentabilidade e o processo decisório das políticas públicas.

A autora afirma não existir uma única nem melhor definição sobre políticas públicas e cita o conceito de políticas públicas para alguns autores entre eles cita Peter (1986), que define que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos

cidadãos.

Souza (2006), também explica sobre as arenas sociais e todo o processo para que um problema seja transformado em uma política pública e fala ainda das arenas sociais.

O modelo e arenas sociais vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas. Isto porque, para que uma determinada circunstância ou evento se transforme e um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito (SOUZA, 2006 p. 32).

Souza (2006, p. 37), enfatiza a importância crucial das instituições e regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas. Ela diz que política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

E a autora Marília Ramos, no artigo Aspectos Conceituais e Metodológicos da Avaliação de Políticas e Programas Sociais, traz o debate sobre políticas públicas e como tem influenciado outros campos teóricos, além da necessidade de se fazer a avaliação e as técnicas do processo de avaliação.

Quando pensamos em avaliar uma determinada política ou um programa social específico, devemos ter claro que as condições para a avaliação já devem estar presentes desde o processo de formulação da referida política/programa (RAMOS, 2012, p. 98).

Segundo a autora é preciso ter informações sobre as condições dos grupos (ou regiões, ou instituições, ou qualquer outra unidade de análise) antes de a política/programa ter sido implantado (a). Sem esta informação torna-se praticamente inviável pensar em qualquer tipo de avaliação (RAMOS 2012, p. 98).

Ramos traz os principais aspectos a serem considerados no processo de avaliação de uma política ou programa social. O primeiro seria conhecer em detalhe o programa que se quer avaliar, saber sobre seus objetivos, o formato se já foi experimentado ou não. “É preciso possuir uma vasta gama de dados (variáveis quantitativas e qualitativas, ou não dos objetivos originalmente propostos com referido programa)” (RAMOS, 2012, p.112).

Ainda afirma que todo o programa ou política social, ao ser idealizado, deve vir acompanhado de uma série de informações necessárias para uma posterior avaliação após a implementação (RAMOS, 2012, p.114).

2.6 Licitação Sustentável

Consumo sustentável não significa consumir menos, ou deixar de consumir. O consumo sustentável é consumir de forma eficiente, garantindo a qualidade de vida, utilizar os recursos de forma equilibrada. Pensando no consumo consciente surge a licitação sustentável, que é um procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras.

Segundo o art. 3º da Lei No 8.666/1993 Licitação Sustentável é aquela que destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse sentido, pode-se dizer que a licitação sustentável utiliza do poder de compra do setor público para gerar benefícios econômicos e socioambientais. As compras e licitações sustentáveis possuem um papel estratégico para os órgãos públicos e, quando adequadamente realizadas promovem a sustentabilidade nas atividades públicas.

Dentre os benefícios das licitações sustentáveis estão custo dos produtos, pois as compras e licitações sustentáveis permitem satisfazer as necessidades da administração pública mediante a utilização mais eficiente dos recursos e com menor impacto socioambiental. Por meio de compras compartilhadas sem aumentar os gastos públicos; Redução de impactos ambientais e problemas (Ministério do Meio Ambiente, 2016).

2.7 Agenda 21

Os eventos promovidos pela ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento foram à base para a criação de políticas públicas e de documentos importantes como a Criação da agenda 21, reunião realizada no rio de Janeiro em 1992.

De acordo com Sachs (2000), o grande marco para o desenvolvimento sustentável mundial foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, a Rio 92, onde se

aprovaram uma série de documentos importantes, dentre os quais a Agenda 21.

A agenda 21 é um plano de ação mundial para orientar as transformações ambientais e sociais. Sachs (2000), diz que Agenda 21 apresenta como um dos principais fundamentos da sustentabilidade o fortalecimento da democracia e da cidadania, através da participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento, combinando ideais de ética, justiça, participação, democracia e satisfação de necessidades.

Alguns dos objetivos da agenda 21:

Cooperação internacional, combate à pobreza, mudança dos padrões de consumo, integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões, promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável, iniciativas das autoridades locais em apoio à agenda 21, promoção do ensino, da conscientização e do treinamento (SACHS, 2000).

2.8 Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza. Segundo Informações do Ministério do Meio Ambiente, a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P é hoje o principal programa da administração pública de gestão socioambiental.

Ele tem sido implementado por diversos órgãos e instituições públicas das três esferas de governo e no âmbito dos três poderes. E vem apresentando resultados de economia de gastos, maior qualidade de vida, entre outros. O programa A3P tem sido utilizado como modelo de gestão socioambiental também pelo setor privado.

A3P é um programa do Ministério do Meio Ambiente criado como resposta da administração pública à necessidade de enfrentamento das graves questões ambientais. Ainda de acordo com informações do portal do MMA, era preciso pensar em como gastar menos energia para manter as instalações, como reduzir os gastos, como gerar o mínimo de rejeitos, como adquirir produtos que causassem menos danos ao meio ambiente, em suma, como implantar um programa de sustentabilidade na administração pública.

A adoção da A3P pela administração pública significa a incorporação de práticas que de um modo ou de outro, são cobradas pela sociedade. A A3P atua para que a administração pública implemente uma política de Responsabilidade

Socioambiental na forma de programas e projetos adequados ao órgão.

Enquanto política de governo, a A3P sugere aos órgãos públicos que implemente uma agenda que contemple determinadas diretrizes socioambientais, organizadas em seis eixos temáticos: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão adequada dos resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação do servidor; Licitações sustentáveis e Compras sustentáveis.

Por fim, a A3P deve ser vista como um instrumento de transformação do setor público para a adoção da sustentabilidade socioambiental com efeitos extremamente positivos para a sociedade (Ministério do Meio Ambiente, 2016).

2.9 Plano de Logística Sustentável – PLS

Para implantar ações sustentáveis com a economia de energia elétrica, água, papel, copos descartáveis, coleta seletiva, entre outras ações, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) segue o Plano de Logística Sustentável (PLS) 2015-2017. O PLS foi instituído no Tribunal por meio da Resolução TRE-TO nº 331/2015, o documento integra o Programa de Gestão 2015/2017, alinhado ao Planejamento Estratégico do TRE-TO 2015/2020, e estabelecem critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção de uma gestão pública mais sustentável. A figura 2 a seguir apresenta a logomarca do PLS.

Figura 2 – Plano de Logística Sustentável TRE-TO



Fonte: TRE-TO, Logomarca do PLS.

A Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça veio sistematizar e institucionalizar a responsabilidade socioambiental no Judiciário. A resolução centrada no gasto público eficiente e sustentável traz, entre suas medidas mais relevantes, a obrigatoriedade de implantação do Plano de Logística Sustentável em todos os órgãos do Poder Judiciário.

Os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

De acordo com a Instrução Normativa nº 10/2012, Logística sustentável é processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado por meio de práticas de sustentabilidade, práticas de racionalização e coleta seletiva.

Já a Resolução 23.474/2016 TSE determina a criação de núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLSJE). Os Tribunais Eleitorais deverão constituir comissão gestora do PLS-JE composta por no mínimo 5 (cinco) servidores, que serão designados pela alta Administração. E ao final de cada ano deverá elaborar e apresentar um relatório de desempenho do PLS-TRE/TO, contendo os resultados alcançados, a evolução dos indicadores estratégicos com foco socioambiental e econômico e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas no ano subsequente.

Determina ainda que os relatórios deverão ser publicados no sítio dos respectivos Tribunais e encaminhados, em forma eletrônica, à Assessoria de Gestão Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral até o dia 31 de janeiro do ano subsequente pela autoridade competente do Tribunal Eleitoral.

Conforme informações retiradas da página do órgão, o PLS do TRE/TO visa promover a responsabilidade socioambiental de forma sistêmica e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades administrativas do Órgão.

O Plano estabelece 60 iniciativas sustentáveis a serem implementadas nos próximos dois anos e tem como principais objetivos: Difundir e promover a prática de

sustentabilidade no âmbito do TRE-TO, Promover a racionalização dos gastos públicos e combater o desperdício; Contribuir para a melhoria da qualidade de vida no ambiente do trabalho; Revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, sensibilizar e conscientizar os servidores e colaboradores sobre as questões socioambientais; Estabelecer parcerias, visando à reciclagem de resíduos ou à destinação ambientalmente correta.

Ainda de acordo com informações extraídas no site do órgão, a Presidente do TRE-TO, ressaltou que “A sustentabilidade da gestão pública exige mudanças de atitudes e, o grande desafio consiste em transpor o discurso para a prática, concretizando-o em ações”.

O Plano de Logística Sustentável busca consolidar, organizar e aprimorar as boas práticas de sustentabilidade já em andamento no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins e fornecer diretrizes para novas ações. E a cada ano as metas serão reavaliadas e novas práticas serão inseridas, permitindo que o TRE-TO reafirme constantemente seu compromisso com a sustentabilidade.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Levantamento de dados

O objetivo principal da pesquisa foi buscar informações que referem ao desenvolvimento sustentável em um órgão público e foi analisado o Plano de Logística Sustentável do órgão em estudo. Por se tratar de uma pesquisa exploratória, qualitativa e quantitativa, a metodologia utilizada foi o levantamento de dados, pesquisas bibliográficas em livros, artigos, pesquisa no site do órgão, em leis, resoluções e instruções normativas que tratam do tema.

Goldenberg (1997) diz que:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Para Minayo (2003), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2003, p. 14).

Fonseca (2002, p. 20), afirma que pesquisa qualitativa se diferencia da quantitativa por que os resultados podem ser quantificados e são representados por amostras grandes.

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (Fonseca, 2002).

As pesquisas exploratórias segundo Gil visam proporcionar uma visão geral de um determinado fato do tipo aproximativo. Gil (2008, p.43), define a pesquisa exploratória:

Um trabalho é de natureza exploratória quando envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores.

Para Minayo (2003, p. 16), A metodologia de pesquisa é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade.

A pesquisa exploratória visa à descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes. A exploração representa, atualmente, um importante diferencial competitivo em termos de concorrência (Gonçalves, 2014).

Existe uma diferença entre esses dois tipos de pesquisa e o pesquisador deve estar atento quanto os objetivos que ele busca. Tanto a pesquisa quantitativa quanto a pesquisa qualitativa apresentam diferenças com pontos fracos e fortes. Contudo, os elementos fortes de um complementam as fraquezas do outro, fundamentais ao maior desenvolvimento da Ciência.

O diagnóstico das práticas de sustentabilidade foi feito através de entrevistas e questionário com a coordenadora do Plano de Logística Sustentável Gestão 2015 - 2017. Onde pesquisou como é feito o controle das ações, o que o órgão desenvolve, as metas para cada ano e também por meio das resoluções e instruções normativas do TRE-TO que tratam do programa de sustentabilidade.

No dia 27 de junho de 2016, foi feito primeiro contato com o TRE-TO, onde foi apresentada a proposta do trabalho. A coordenadora responsável pelo PLS Permitiu à realização da pesquisa e nesse primeiro encontro ela falou do projeto, das ações que desenvolve e de como é feito o controle dessas ações. Explicou das metas que tem para cada ano, os resultados que precisam apresentar ao TSE, também citou as resoluções e instruções normativas que o órgão deve seguir e falou dos resultados e da experiência em coordenar o PLS.

E no dia 28 de novembro foi realizada uma entrevista com a coordenadora do PLS/TRE-TO. Para isso foi elaborado um questionário com nove perguntas abertas,

que foram todas respondidas e outras perguntas e dúvidas que surgiram no momento também foram respondidas, foram apresentadas outras informações sobre uma campanha que estava sendo lançada “Diaga não ao Desperdício” e também falou sobre o Gastômetro e demais sistemas que a Justiça Eleitoral utiliza.

O objetivo da entrevista era obter mais informações sobre o Plano, principalmente no que refere a implantação e as dificuldades encontradas. Assim ficou definido como Público Alvo os servidores e colaboradores do TRE-TO, sendo o universo da pesquisa a coordenadora do PLS, os instrumentos utilizados para pesquisa foi um questionário elaborado para a entrevista e o documento PLS de onde foram retirados os dados e informações.

3.3 Análise das respostas

Foram apresentados na forma de tabelas e gráficos os dados quantitativos obtidos durante a pesquisa. Os seguintes aspectos estudados durante essa etapa da pesquisa: (a) levantamento de dados de consumo, (b) inventário de bens e (c) levantamento das práticas de sustentabilidade adotadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Histórico do TRE-TO

Com a missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins foi instalado em 17 de fevereiro de 1989, na Sala das Audiências do Fórum da cidade de Miracema. No ano de 1990 muda-se para Palmas e em 1992 é realizado o primeiro concurso público para provimento de todos os cargos efetivos. Em 1996 é implantado o voto informatizado por meio de urnas eletrônicas em todas as capitais.

Em 2001 é inaugurada a sede definitiva do Tribunal, conforme a figura 3, que apresenta a fachada do órgão estudado na pesquisa e que fica localizado na Avenida Teotônio Segurado na Quadra 103 Norte, Palmas-TO, e o Anexo I, Quadra 103 Norte, e a Central de Urnas Eletrônicas na Quadra 203 Norte, horário de funcionamento das 09h00min às 12h00min e 14h00min às 19h00min horas. E o endereço eletrônico www.tre-to.jus.br.

Figura 3 – Órgão estudado na pesquisa



Fonte: TRE-TO.

Sempre trabalhado em busca dos melhores resultados em 2005 o Tribunal recebeu a certificação ISO 9001, do Sistema de Gestão da Qualidade, tornando-se o primeiro órgão público do Tocantins a obter esse reconhecimento. O órgão é

composto por um quadro de servidores efetivos e servidores terceirizados.

Em 2008, o sistema biométrico de identificação do eleitor passou a ser adotado em algumas localidades, e desde então, a Justiça Eleitoral vem providenciando gradativamente o cadastramento biométrico de todo o eleitorado brasileiro. E até julho de 2014, mais de 23 milhões de eleitores tiveram suas digitais cadastradas por esse sistema, representando mais um grande avanço na garantia da segurança do voto. No Tocantins o sistema biométrico passou a ser utilizado em 2012.

O Tribunal utiliza da tecnologia para oferecer aos cidadãos mais transparência e segurança no processo eleitoral com urnas eletrônicas e identificação biométrica. O sistema eletrônico de votação adotado no Brasil é referência mundial segundo o Supremo Tribunal Eleitoral (TSE).

Todo o processo de informatização dos pleitos eleitorais tem sido permeado por estudos aprofundados e ações rígidas visando à segurança e à transparência do processo, fortalecendo a democracia do país prevalecendo à vontade do eleitor brasileiro.

4.2 Diagnóstico das práticas de sustentabilidade

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, já realizava ações voltadas à sustentabilidade antes mesmo da determinação do Conselho Nacional de Justiça, desde 2009 o órgão já tinha essa consciência ambiental em economizar, conter os gastos e evitar o desperdício. Em 2015 plano de logística foi implantado em todos os órgãos do judiciário. O Conselho Nacional de Justiça instituiu através da resolução 2001/2015, práticas de sustentabilidade para todos os órgãos que compõe o poder judiciário. Para o melhor cumprimento e realização do PLS, ainda conta com a Instrução Normativa nº 10/2012 e da resolução 331/2015-TRE/TO.

Em uma entrevista com a coordenadora do PLS Wagna Cristiane Ribeiro, Assessora de Planejamento e Gestão da Secretaria Judiciária e de Gestão e Informação, foi perguntado sobre o Plano de Logística desde a implantação, os desafios e dificuldades encontradas no período de 2015 a 2016.

A coordenadora afirmou em entrevista que no TRE-TO não houve dificuldade para a implantação do PLS e que foi bem aceito pelos servidores e existe o interesse e participação de todos. O órgão busca reduzir o consumo de materiais e conter os gastos conforme foi determinado, por meio de ações práticas com o uso dos 3R's, Logística Reversa, TI Verde e Qualidade de vida no trabalho.

Reduzir significa comprar bens e serviços de acordo com as necessidades para evitar desperdícios e também reduzir o consumo de água, energia, telefone, combustível e insumos. O consumo consciente é importante não só para a economia financeira, como também para o meio ambiente, por isso buscam alternativas de reutilização e reaproveitamento de alguns produtos. Computadores, móveis, podem ser vendidos por um preço menor ou até mesmo doados para entidades sociais, folhas de papel com impressão em apenas um lado são transformadas em bloco de rascunho.

E reciclar significa transformar objetos, materiais usados em novos produtos para o consumo. A Lei de Política de Resíduos Sólidos nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, determina o gerenciamento dos resíduos sólidos com ações de coleta seletiva, destinação final ambientalmente adequada, logística reversa, controle social, entre outras ações.

Além da preservação do meio ambiente outro benefício da reciclagem é a geração de renda para cooperativas de catadores. A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAMPA) é responsável por realizar a coleta dos materiais e tem apresentado bons resultados. Uma vez por semana os materiais são recolhidos e passam por uma triagem onde é pesado e separados para se ter um controle de tudo que é repassado. As ONGs e associações nasceram com o propósito de realizar uma parte do trabalho social que o estado não consegue ou não possui interesse. Essas associações desenvolvem muitos papéis para a sociedade e exercem ações significativas em diversas áreas. No Brasil elas têm uma função de grande importância para a preservação dos recursos naturais e meio ambiente. Educando e contribuindo para a diminuição dos impactos ambientais causados pela destinação inadequada de materiais.

Com isso Associação de catadores de materiais recicláveis da região norte de Palmas promove benefícios direto as famílias e membros envolvidos na associação, com a geração de renda por meio de materiais recicláveis e benefício a toda a população com a redução da quantidade de resíduos por meio da reciclagem e

reaproveitamento. A associação é um ponto de coleta seletiva e recebem diversos tipos de materiais recicláveis como papel, papelão, plástico, vidro, isopor, alumínio, pilhas, baterias, óleo vegetal, além de móveis usados, computadores, placas, cabos, metais, roupas, sapatos, materiais escolares e materiais pedagógicos usados.

Dessa forma o catador é um agente transformador e desenvolve um papel fundamental na coleta seletiva e aproveitamento de resíduos sólidos. O catador tem a função de promover o manejo adequado dos resíduos sólidos que é um dos problemas atuais.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (estabelecida pela lei 12.305 de 2/08/2010), a logística reversa pode ser definida como “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos”.

E possibilita o retorno de resíduos sólidos para as empresas de origem, evitando que eles possam poluir ou contaminar o meio ambiente, solo, rios, mares. Proporcionando o uso de tecnologia mais limpa pelas indústrias, diminuindo o consumo de matérias-primas, reutilização de embalagens, descarte e destino dos resíduos sólidos. Os principais produtos que fazem parte do sistema de logística reversa são pneus, pilhas e baterias, embalagens e resíduos de agrotóxicos, lâmpadas fluorescentes, óleos lubrificantes automotivos, peças e equipamentos eletrônicos e de informática.

Além da Logística Reversa, TI Verde, existem os produtos ecoeficientes que são aqueles que necessitam de menos recurso para o funcionamento, como as lâmpadas fluorescentes ou LED que apresentam maior duração e baixo consumo de energia, comparadas com as lâmpadas tradicionais.

O Tribunal também adota essas medidas para aquisição de novos produtos, existe a preocupação com a logística reversa e alguns conceitos de TI verde. Escolhem empresas que comprometem receber de volta esses produtos, fazendo a destinação adequada dos materiais e equipamentos de informática e produtos que causam danos ao meio ambiente. É essa preocupação que o órgão tem ao efetuar uma compra desde a aquisição até o descarte adequado e a escolha de produtos que durante o processo de fabricação utilizam materiais que causam menos impactos ao meio ambiente e que durante a utilização consomem menos energia.

Com base nos três pilares da sustentabilidade, ambiental, econômico e o social que o TRE/TO, através de ações busca promover a qualidade de vida no

ambiente de trabalho por meio de palestras motivacionais, semana da saúde com temas voltados a prevenção e tratamento de doenças, alimentação saudável, incentivo a prática de atividades físicas, visando à satisfação pessoal e a motivação do servidor, criando um ambiente onde as pessoas possam se sentir bem com os colegas e com ela mesma. Para Chiavenato, os benéficos sociais são convênios e vantagens que a organização oferece.

Benefícios sociais são aquelas facilidades, conveniências, vantagens e serviços que as organizações oferecem aos seus empregados, no sentido de poupar-lhes esforços e preocupação, e estão intimamente relacionados com a gradativa conscientização da responsabilidade social da organização (CHIAVENATO, 1985, p.77).

Para a coordenadora do PLS, todas as ações desenvolvidas são de grande relevância, destacando aquelas que tiveram melhores resultados, sem desconsiderar a importância das demais. Deve ser um trabalho contínuo com a inserção de atitudes ecologicamente corretas nas atividades diárias de seus servidores e colaboradores. Realização de campanhas de sensibilização e conscientização, semana do meio ambiente, oficinas, palestras e exposições das práticas sustentáveis para os servidores e maior divulgação das atividades realizadas. “São atitudes simples, que no final fazem toda a diferença”, explicou a assessora de planejamento de gestão, Wagna Cristiane dos Santos, coordenadora da Comissão Gestora do PLS.

Buscando-se um detalhamento melhor das informações foi desenvolvido o Gastômetro, sistema interno de monitoramento de consumo de papel A4, impressões, de documentos, energia elétrica, água, combustível. Por meio do gastômetro é possível acompanhar e monitorar os gastos e divulgar relatórios setoriais e individuais, permitindo mensurar os resultados per capita e saber quanto cada servidor gasta, quem consumiu mais, quem economizou mais.

A maior dificuldade encontrada pela coordenadora é a falta de um setor exclusivo para o PLS, os servidores tem que dividir suas funções com as de coordenar o plano, sobrecarregando o servidor, além da falta comprometimento e envolvimento por parte da comissão responsável pelo PLS, nem todos estão engajados, o que pode ser justificado com a dificuldade anterior, em ter que conciliar as duas funções. E essa dificuldade aumenta ainda mais em ano eleitoral.

Outra dificuldade é o repasse de informações referentes a valores e consumo de cada setor. O responsável por enviar as informações atrasa, e isso acaba prejudicando as análises e os resultados. Com os dados repassados por cada setor, o núcleo de gestão transforma esses números e valores em informações colocando em uma planilha que é atualizada constantemente e ao final do ano é elaborado um relatório onde é possível mensurar os resultados e as metas estipuladas.

O PLS TRE/TO começou a ser implantado em 2015 e em janeiro de 2017 deve apresentar os primeiros resultados e ficará disponível no portal www.tre-to.jus.br, para conhecimento de seu conteúdo e dos resultados das ações propostas, os quais serão atualizados semestralmente e a cada ano as metas serão reavaliadas e novas práticas serão inseridas no PLS, permitindo que o TRE-TO reafirme constantemente seu compromisso com a sustentabilidade.

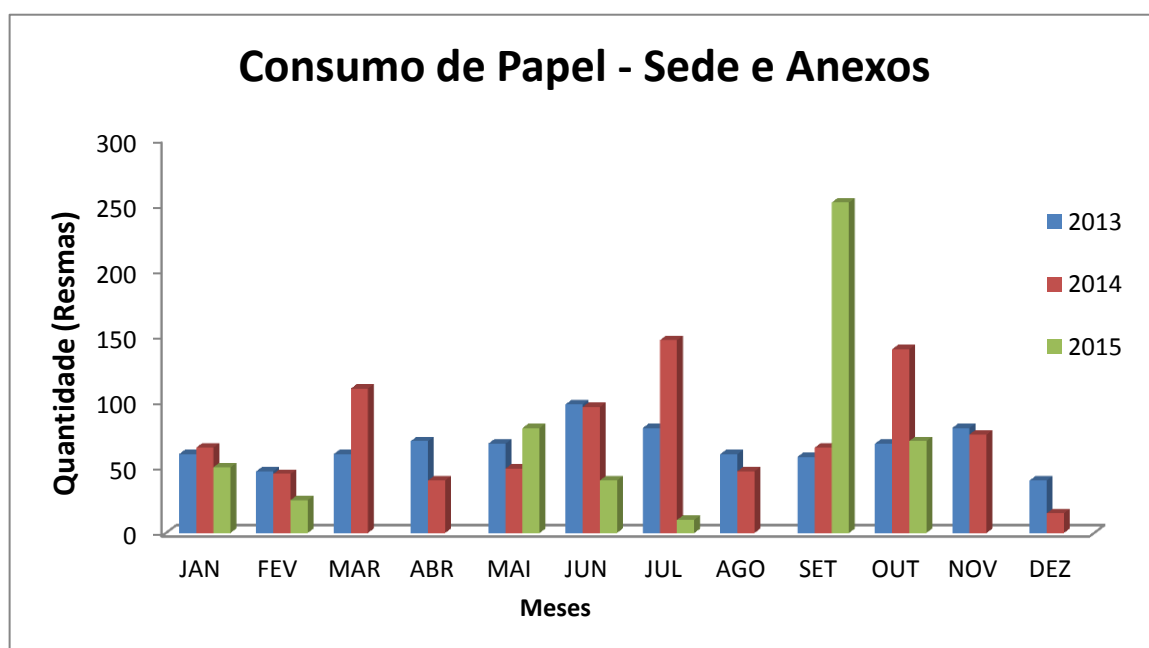
A seguir a apresentação dos resultados em gráficos, todas as informações foram retiradas do PLS/TRE-TO, e foram evidenciados o consumo nos anos de 2013, 2014 e 2015 na sede do Tribunal, anexo e zonas eleitorais. Os gráficos fazem um comparativo do consumo de água, papel A4, energia elétrica e combustível.

✓ Consumo de Papel

É grande o consumo de papel A4 pelo órgão e que desde 2010, deixou de utilizar papel reciclado, pois esse tipo de papel gera problemas na hora da impressão devido à gramatura do papel que acaba por ficar preso na impressora, aumento no consumo de toner, além disso, o papel reciclado tem um custo maior que o papel A4 branco.

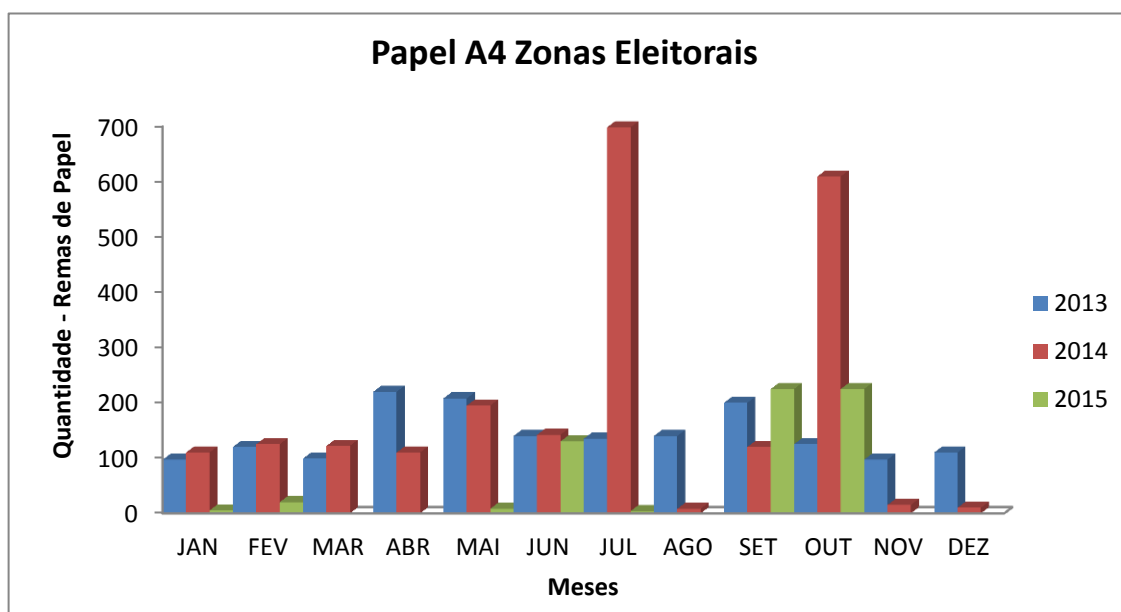
Foi registrado conforme a figura 4 que no ano eleitoral 2014, teve um aumento no consumo de papel e também no ano que antecede em 2013, já em 2015 teve-se uma diminuição. Apenas no mês de setembro houve um grande aumento na quantidade de resmas de papel A4 consumidas na sede e nos anexos.

Figura 4 - Consumo de Papel A4 na sede do TRE-TO e Anexos



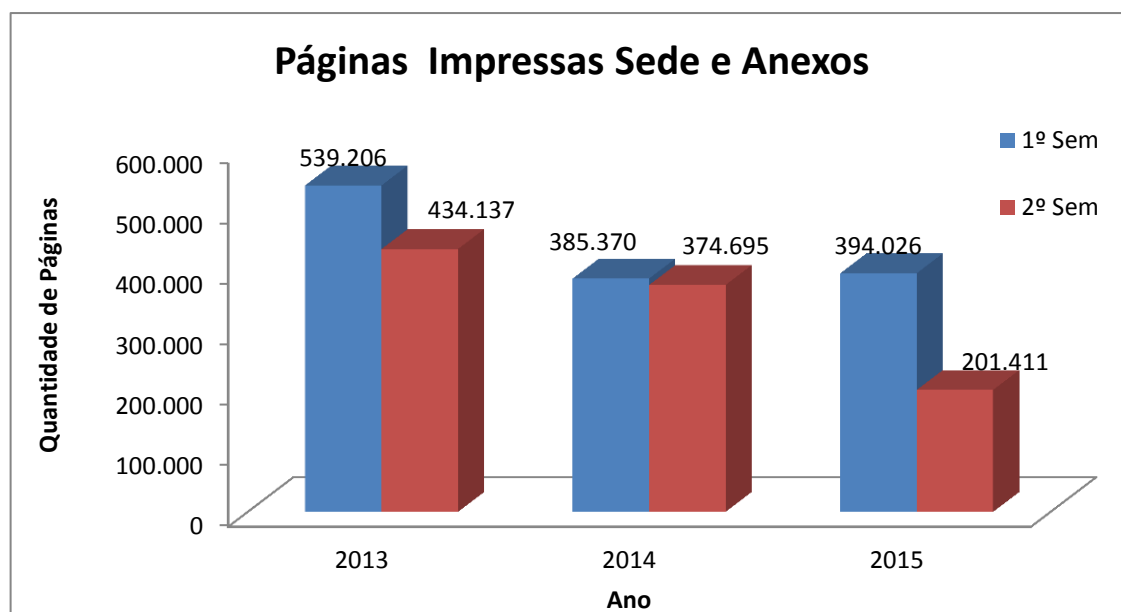
Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

A figura 5 apresenta o consumo de papel A4 nas Zonas Eleitorais nos anos de 2013, 2014 e 2015. Também apresentou um aumento no consumo de papel no ano de 2014, principalmente nos meses de julho e outubro. Em outubro mês que ocorreram as eleições o consumo foi de 600 resmas de papel A4 nas Zonas Eleitorais.

Figura 5 - Consumo de Papel A4 nas Zonas Eleitorais TRE-TO

Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

Houve uma economia significativa de papel no TRE/TO na Sede, Anexos e nas Zonas Eleitorais. Uma redução de 40% de papel A4. Mas as medidas de redução devem continuar. Outra medida a ser adotada é o uso obrigatório de impressão frente e verso, tudo isso para melhorar ainda mais os índices de economicidade. Em 2016 o órgão lançou um novo sistema o Processo Judicial Eletrônico proporcionando mais agilidade, transparência e economia de papel e impressão.

Figura 6 - Páginas Impressas Sede e Anexos

Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

Em 2016 foi implantado o Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE) com o objetivo melhorar a segurança e agilidade dos processos, além da economia com papel e impressões. A figura 7 é uma divulgação do sistema Processo Judicial Eletrônico.

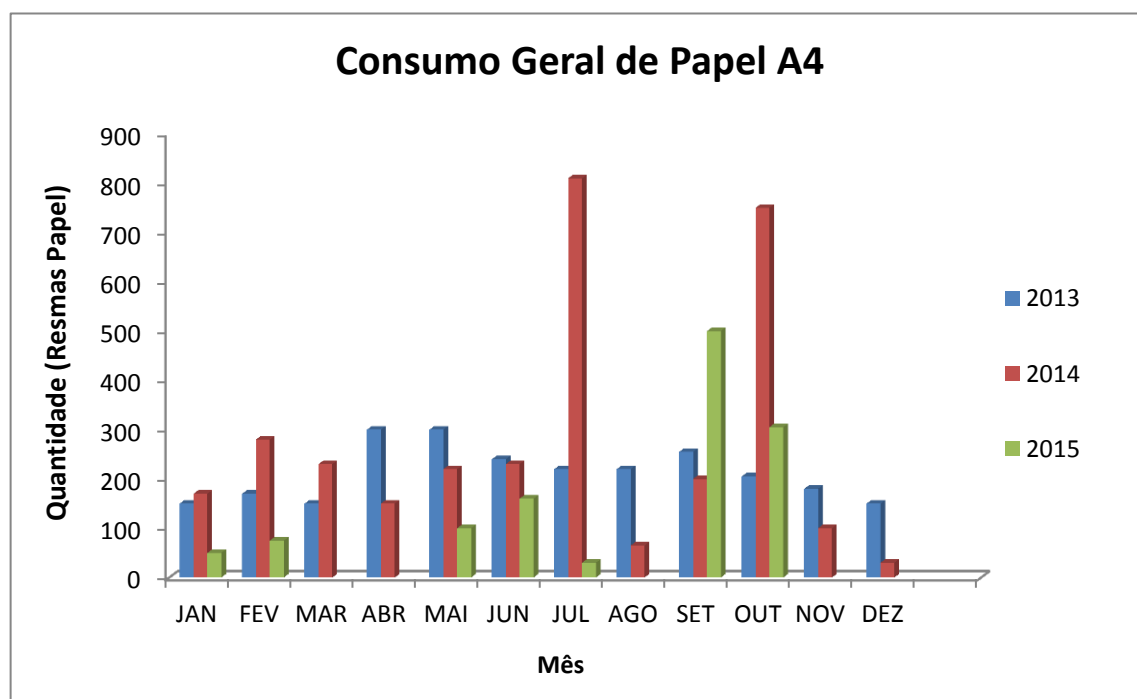
Figura 7 – Processo Judicial Eletrônico



Fonte: TRE-TO.

Apesar de toda conscientização ainda é elevado à quantidade de impressões. A Justiça Eleitoral conta com um sistema informatizado que permite a diminuição de impressões. Um desses sistemas é o PAE - Processo Administrativo Eletrônico, onde os processos são tramitados e executados de forma eletrônica, contribuindo assim para a diminuição de impressões.

O PLS ainda não está sendo tão eficiente nesse quesito, o que gera custos com tinta para impressora, manutenção das máquinas, consumo de energia elétrica. Na figura 8 abaixo o consumo geral de Papel A4, indicando o aumento do consumo nos anos eleitorais.

Figura 8 - Consumo Geral de Papel A4

Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

Base histórica do consumo geral de Papel A4 (resmas)

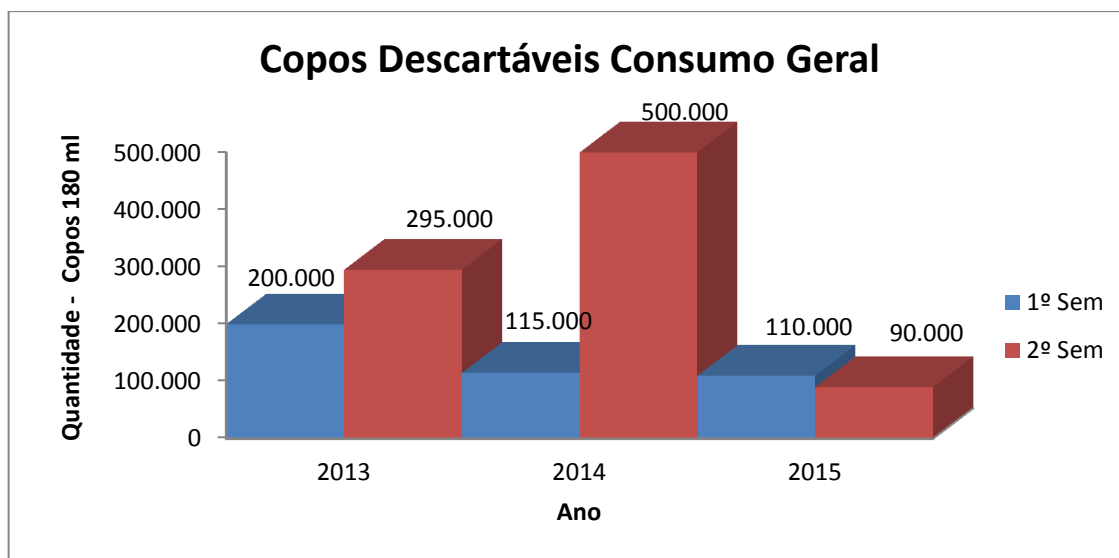
2013	2014	2015
2.609	3.374	1.244

Quadro 1 Consumo Geral de Papel A4. Fonte: Autor (2016).

Meta do órgão para 2017 é reduzir em 5% a quantidade de páginas impressas e configurar pelo menos 80% das impressoras nos formatos rascunho, além das campanhas de sensibilização para a real necessidade de impressão.

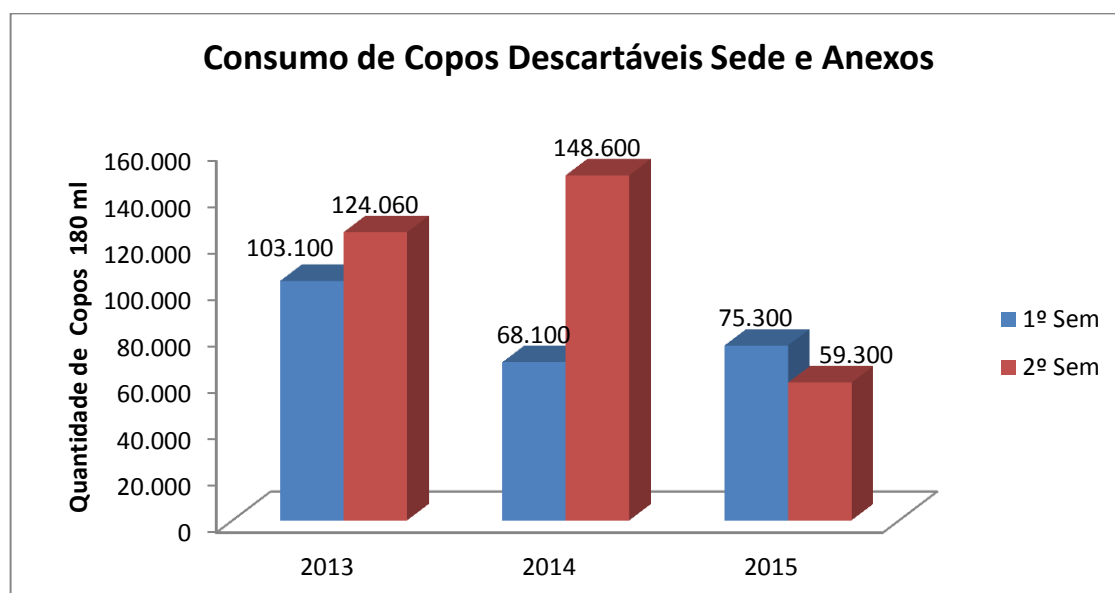
✓ Consumo de copos descartáveis

No segundo semestre de 2014 o consumo geral foi 500.000 copos descartáveis no TRE-TO, esse aumento se dá por ser um ano eleitoral e aumenta o consumo devido o maior fluxo de servidores e visitantes tantos nos cartórios eleitorais, sede e anexos. Pode-se observar que o aumento ocorreu no segundo semestre, onde se inicia com mais intensidade as atividades voltadas para as eleições.

Figura 9 – Consumo geral de copos descartáveis TRE-TO

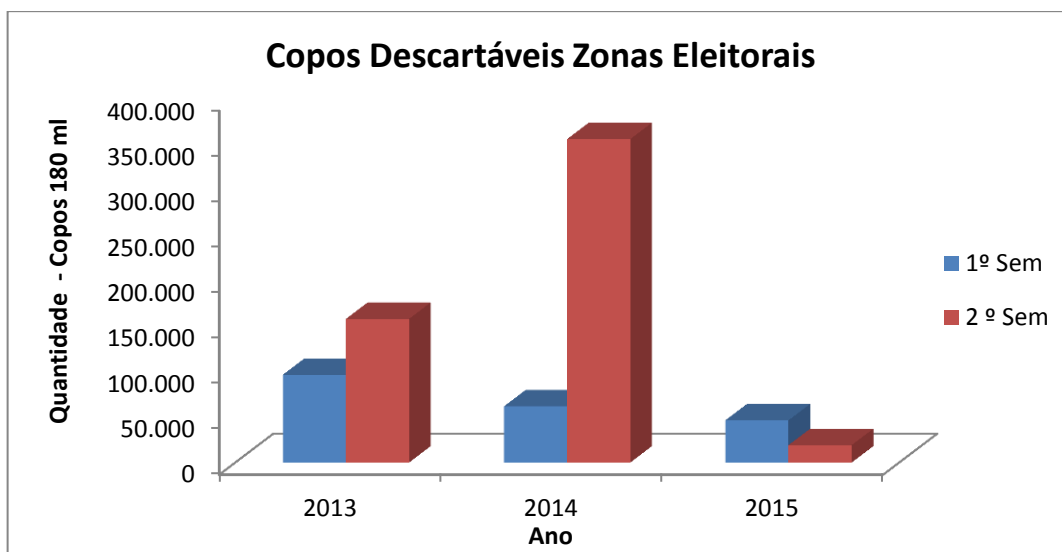
Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

No ano de 2014 apresentou um consumo maior que o ano anterior com 148.600 unidades e 2015 o consumo foi menor com 59.300 copos descartáveis, conforme apresentado na figura 10.

Figura 10 - Consumo de copos descartáveis sede e anexo

Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

No segundo semestre de 2014 foi registrado um consumo de 400.000 copos descartáveis nas zonas eleitorais e em 2015 teve uma grande redução com menos de 50.000, conforme a figura 11.

Figura 11- Copos descartáveis zonas eleitorais

Fonte: Autor (2016) Adaptação do PLS/TRE-TO.

Mesmo com toda uma política de conscientização o órgão ainda apresenta um consumo grande de copos descartáveis, o Tribunal oferece copos de vidros e distribuição de canecas para os servidores, e deixa o copo descartável com uma opção apenas para os visitantes, porém são poucos os servidores quem utilizam esse material. Muitos servidores deixam de utilizar as outras opções de copos e canecas para usar os copos descartáveis. Por isso se faz necessário às campanhas de conscientização dos servidores para o uso sustentável dos copos descartáveis. No quadro 2 é possível perceber essa redução.

Base histórica do consumo de copos descartáveis (180 ml)

2013	2014	2015
510.100	761.900	200.000

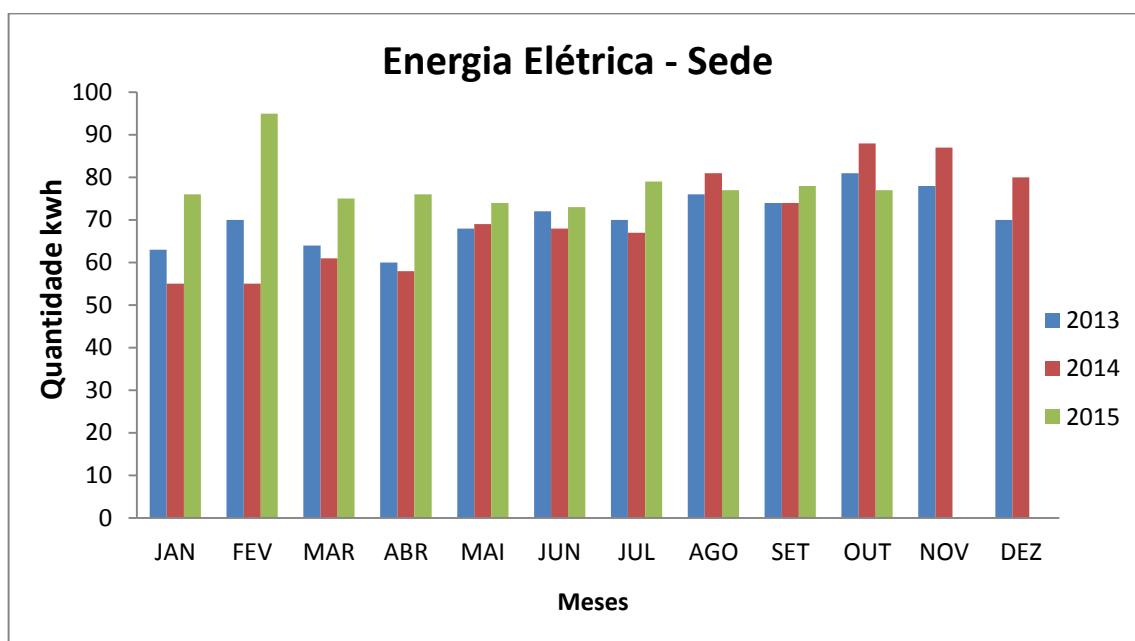
Quadro 2 - Consumo Geral de Papel A4. Fonte: Autor (2016).

Houve uma redução significativa de no consumo de copos descartáveis e a meta para até julho de 2017 é reduzir em 10% o consumo de copos descartáveis. Outra medida é a aquisição de copos biodegradáveis e reposição de copos descartáveis apenas nos bebedouros das áreas comuns para que seja utilizado somente pelos visitantes.

✓ Energia Elétrica

No mês de fevereiro de 2015 a sede do TRE-TO consumiu mais de 90kwh, registrando o maior consumo mensal. Consumo que equivale ao período eleitoral a seguir na figura 12.

Figura 12 Consumo de energia elétrica sede TRE-TO



Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

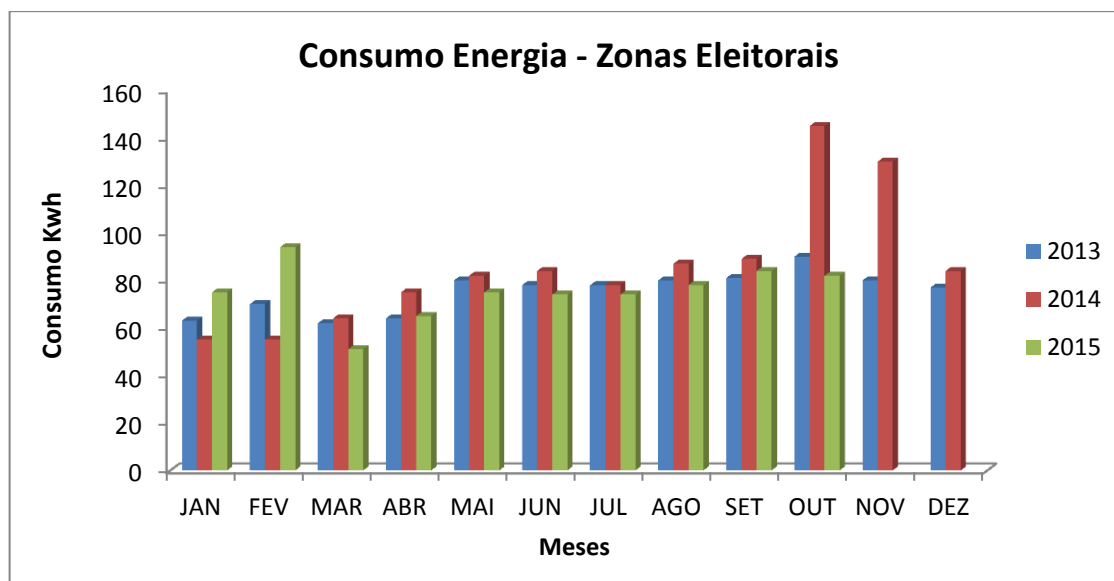
No quadro 3 mostra o consumo de energia elétrica do órgão em estudo e observa-se uma redução de 9% comparado os anos de 2014 e 2015.

Consumo de energia elétrica (kWh) sede

2013	2014	2015
846.781	845.666	767.480

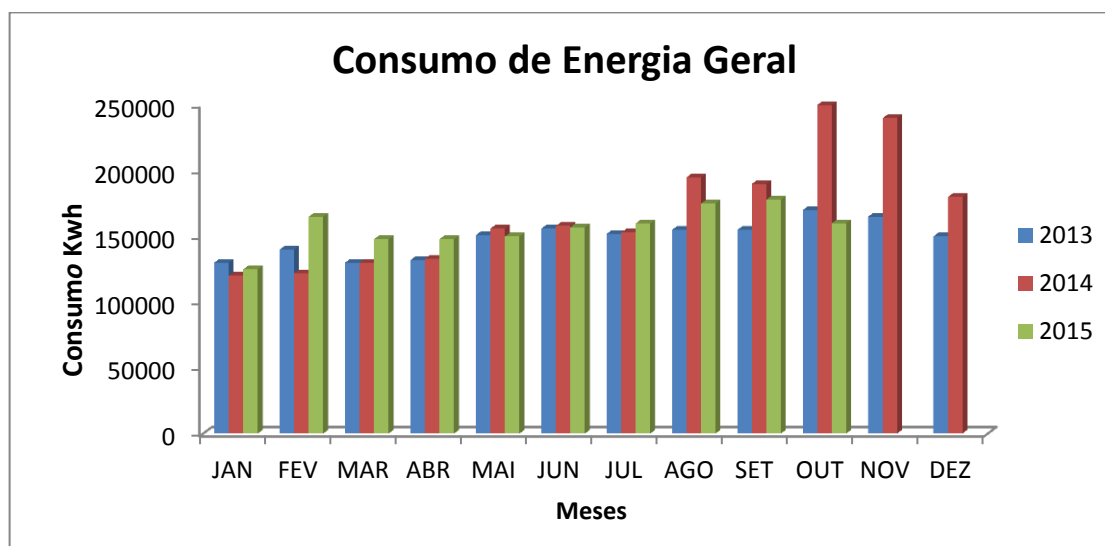
Quadro 3 Consumo de energia elétrica Sede TRE-TO Fonte: Autor (2016).

Na figura 13 mostrou que os meses de outubro e novembro de 2014 as zonas eleitorais registraram o maior consumo, 160 kWh. Esse aumento no consumo de energia elétrica pode ser considerado normal devido às atividades do período eleitoral.

Figura 13 - Consumo de energia elétrica zonas eleitorais

Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

No consumo geral ficou evidente que em ano eleitoral o consumo é maior principalmente nos meses de agosto a novembro. No mês de outubro o consumo chegou a 250.000 kWh como está apresentado na figura 14.

Figura 14 - Consumo geral de energia elétrica

Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

O consumo de energia elétrica ainda não foi alcançado e precisa melhorar os resultados. Percebe-se uma diminuição do consumo em alguns meses, no entanto ainda não são consideradas significativas. O ar-condicionado ainda é o maior gasto, pensando na economia é sugerido manter a temperatura entre 22° e 26° graus, que

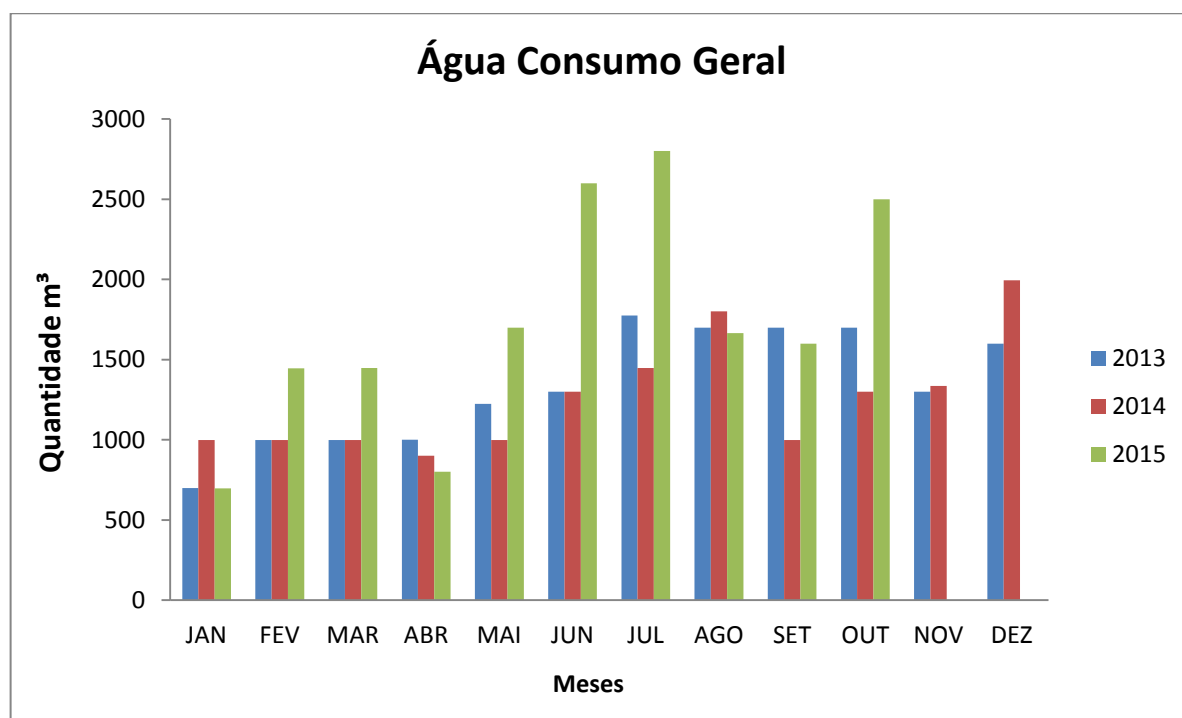
permite uma temperatura agradável e desligar o aparelho 10 minutos antes do fim do expediente gerando uma diminuição no consumo de energia.

A meta para 2017 reduzir em até 2% o consumo de energia elétrica até o mês de julho. Além da redução do número de lâmpadas e a adoção de iluminação LED, substituindo as lâmpadas fluorescentes, na medida em que forem danificadas.

✓ Consumo de água

O consumo de água não apresentou resultado esperado, ainda pode ser melhorado. Evidencia-se na figura 15 um aumento nos meses de junho, julho e outubro. Esse aumento pode ser justificado pelo clima seco da região e pelo período de grande estiagem, que podem gerar um consumo maior de água.

Figura 15 – Água consumo geral



Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

O PLS constatou que em 2015 houve um aumento de 2% no consumo de água em relação a ano de 2013. Por isso é necessário medidas para buscar a redução, intensificar as campanhas educativas e averiguar as instalações hidráulicas e sanitárias para possíveis vazamentos. O quadro 4 mostra o comparativo dos 2013,

2014 e 2015, onde 2014 registrou uma diminuição em relação a 2013 e 2015. A meta do órgão para 2017 é reduzir em até 2% o consumo de água (m³).

Consumo de água (m³) Sede TRE/TO

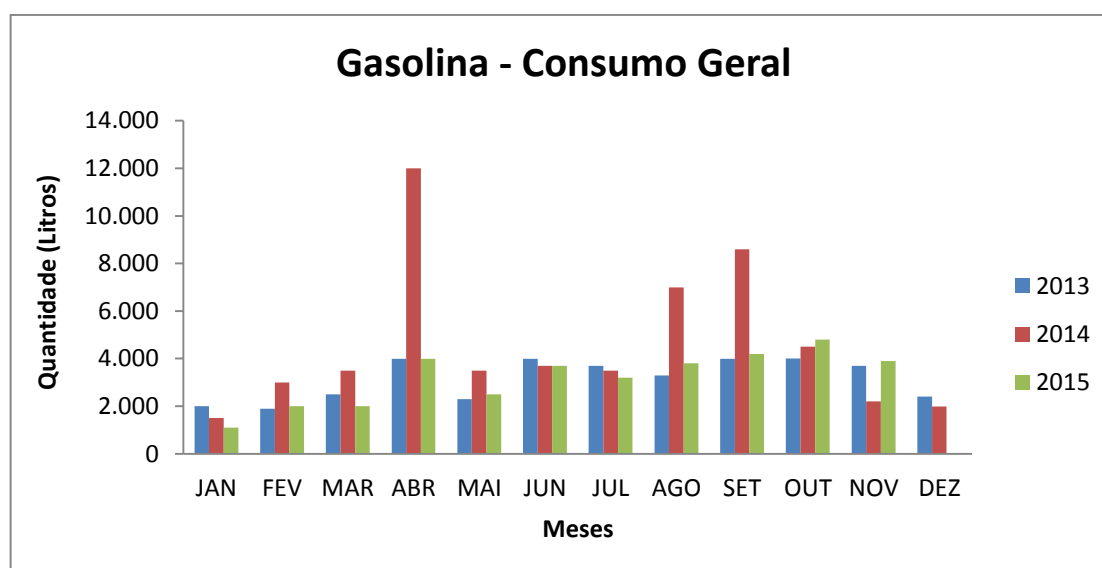
2013	2014	2015
4.213	3.389	4.516

Quadro 4 Consumo Geral de Água Fonte: Autor (2016).

✓ Consumo de Combustível

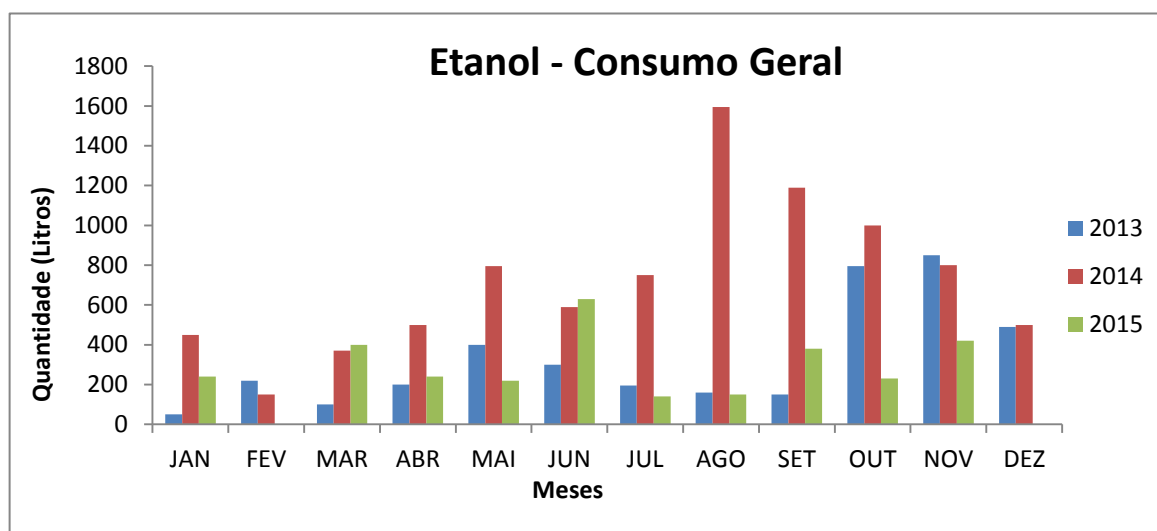
Conforme apresentado no Plano de Logística o TRE-TO possui uma frota de oitenta veículos, onde quarenta e dois estão nas zonas eleitorais e quatro veículos para juízes. A data de fabricação desses veículos está entre cinco e nove anos e mesmo apresentando bom estado de conservação, essa frota já pode ser substituída levando em conta a viabilidade econômica e operacional desses veículos. A figura 16 mostra que o consumo de gasolina ficou entre 4 e 5 mil litros por mês e no ano de 2014 o mês de abril teve um consumo de 12.000 litros conforme a figura 16.

Figura 16 - Consumo geral de gasolina



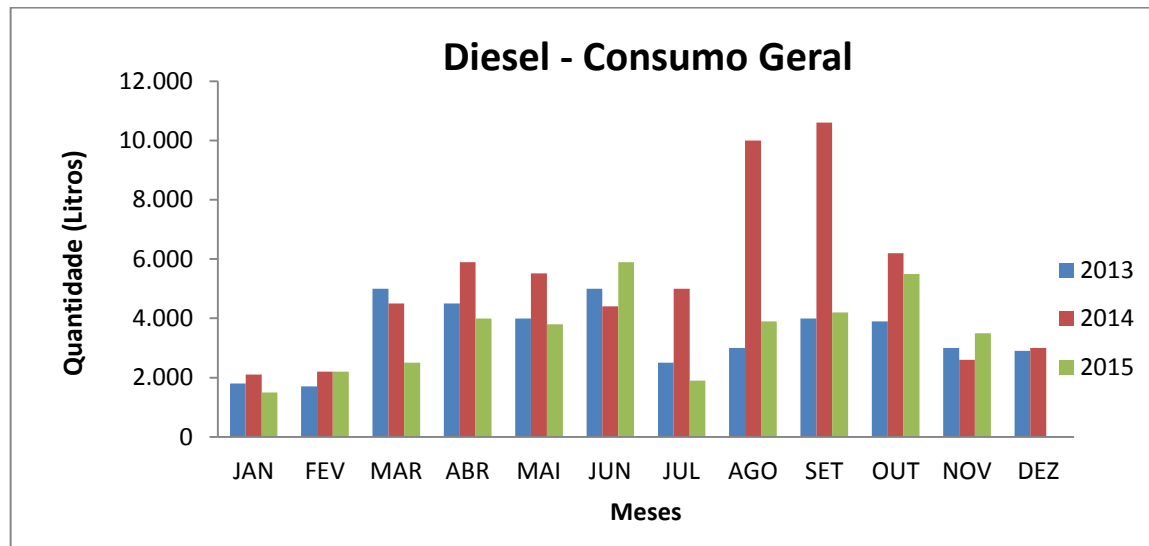
Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

A figura 17 mostra que o consumo de etanol no tribunal, ainda é pequeno. No mês de agosto de 2014 foi o mês que apresentou o maior consumo com 1.600 litros.

Figura 17 - Consumo geral de etanol

Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

E o consumo de diesel de forma geral não ultrapassou 12.000 litros, mesmo em ano eleitoral onde aumenta a circulação dos veículos entre cartórios e zonas eleitorais, como mostra a figura 18.

Figura 18 - Consumo geral de diesel

Fonte: Autor (2016), Adaptação do PLS/TRE-TO.

O PLS tem como meta para 2017 garantir que 20% do combustível utilizado para o deslocamento na sede do tribunal seja de etanol, observando a economicidade. Para os deslocamentos dentro de Palmas seja preferencialmente o etanol. Outras medidas como viagens em grupos utilizando o mesmo veículo a vários destinos e também a implementação do sistema de logística de transporte.

4.3 Recomendações

Pensando em garantir melhores resultados sugere-se a criação de um setor exclusivo para as atividades do PLS, com a formação de uma nova equipe com funções definidas, que o tornaria ainda mais eficiente e traria melhores resultados. Além de buscar maneiras de trazer ainda mais o servidor para as atividades proposta no PLS, criando uma competição positiva entre a sede do tribunal, as zonas eleitorais e anexos. Com selos e certificados para aqueles que alcançarem melhores resultados de economicidade e eficiência. A figura 19 foi parte da divulgação de uma campanha de sensibilização que ocorreu no órgão.

Figura 19 - Campanha de Conscientização TRE-TO



Fonte: TRE-TO

É preciso persistir nas atividades para conscientizar os servidores, com planejamento e acompanhamento, pois a boa gestão do gasto público permite a redução de desperdícios e possibilita a otimização dos recursos. Através da mensuração e acompanhamento dos dados de consumo já é possível concluir que muitas das iniciativas implantadas deram certo e que 57,3% das ações propostas no Plano foram executadas até dezembro de 2016. O PLS não resolve todos os problemas relacionados com a sustentabilidade, mas é o primeiro passo em direção a um consumo pautado no uso equilibrado dos recursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as ações voltadas à sustentabilidade ambiental em um órgão público do Estado do Tocantins, no que se refere às contribuições para economicidade de recursos e matérias de consumo. Constatando que o Plano de Logística Sustentável, busca o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, visando à formação de um ambiente ecologicamente equilibrado por meio de ações de conscientização dos servidores, proteção ambiental e uso sustentável dos bens.

A organização pública ganha muito ao instituir medidas sustentáveis, pois essas ações tem impacto direto na economia dos recursos. Essa atenção voltada à sustentabilidade deve ser expandida a toda a administração pública. Hoje o Judiciário é um modelo e uma referência, mas em breve poderá ser uma realidade em todo o país. Por isso se faz necessário desenvolver ações de inserção de critérios ambientais nos procedimentos administrativos de toda a administração pública.

A sustentabilidade é um grande desafio da atualidade e ocorre por meio da adoção de medidas que vão contra o desperdício, implantação de políticas ambientais e definição de estratégias e investimentos com a finalidade de garantir a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Os gestores públicos devem dispor desses instrumentos e de políticas públicas com o objetivo de controlar os impactos ambientais causados pelas atividades produtivas e o consumo de insumos.

A administração pública assume um papel estratégico buscando a adoção de uma nova postura voltada para a preservação. É uma mudança cultural esse trabalho de conscientização, trazer a prática o que as leis determinam e inserir novos projetos a realidade dos gestores e de toda a sociedade. São ações simples, mas de grande valor econômico, social e ambiental. E é obrigação de toda a sociedade assumir medidas para controlar os gastos e gerar mais eficiência, sendo necessário monitorar e controlar os impactos que as atividades desenvolvidas causam ao meio ambiente. A administração Pública tem o papel de conduzir a mudança e a adoção de novos padrões de produção e consumo.

REFERÊNCIAS

Admirável Mundo Novo Sustentável. Sustentabilidade. Disponível em: <<https://admiravelmundonovosustentavel.wordpress.com/desenvolvimento-sustentavel/>> Acesso em: 20 jul. 2016.

BIDERMAM, Rachel; MACEDO, Laura Vicente; MAZON Rubens. **Guia de Comparas Sustentáveis** *Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento Sustentável*. ICLEI, São Paulo.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigo 225, Cap. VI. Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 18 ago. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 2007**, art. 7º - Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: 26 dez. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

FERREIRA, Leila da Costa. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas**. São Paulo. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X1999000200017> Acesso em: 12 de ago. de 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, Carlos Alberto. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo; Atlas, 2014.

Instituto ETHOOS: Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/mobilizando-as-empresas-por-uma-sociedade-justa-e-sustentavel/politicas-publicas/#.V4PuraIYPbU>> Acesso em: 10 jul.2016.

Itautec. Disponível em: <<http://www.itautech.com.br/pt-br/sustentabilidade/ti-verde>> Acesso em: 26 dez. 2016.

Leonardo Boff. Com. Sustentabilidade Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>> Acesso em: 07 jun.2016.

MACIEL, Marcela Albuquerque. **Políticas públicas e desenvolvimento sustentável:** A avaliação ambiental estratégica como instrumento de integração da sustentabilidade ao processo decisório. Rio Grande, 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9757&revista_caderno=5>. Acesso em: jul 2016.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22 ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>> Acesso em: 04 Jul. 2016.

Ministério do Meio Ambiente. A3P. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>Acesso em: 29 jul. 2016.

MORRIS, John; BEZERRA, João F.; CARVALHO Rosana. **O Brasil na agenda internacional para o desenvolvimento sustentável:** *Um olhar externo sobre os desafios e oportunidades nas negociações de clima, biodiversidade e substâncias químicas.* Brasília: MMA, 2013.

Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. **Plano Logística Sustentável** Disponível em:<<http://www.tre-to.jus.br/imprensa/noticias-tre-to/2015/Dezembro/tre-to-apresenta-plano-de-logistica-sustentavel>> Acesso em: 16 ago. 2016.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre, Artmed, 2004.

Portal da Educação. **Políticas Públicas e Sustentabilidade.** Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/48710/politicas-publicas-de-sustentabilidade#ixzz4E832voAr>> Acesso em: 20 jul. 2016.

RAMOS, Marília. **Aspectos Conceituais e Metodológicos da Avaliação de Políticas e Programas Sociais.** 2012.

Rio mais 20. **Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em <<http://www.rio20.gov.br/>><http://www.rio20.gov.br/%3CA>Acesso em: 11 jul. 2016.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTA CATARINA Industrial Land. Tripé da sustentabilidade. Disponível em: < <http://www.gruposantacatarina.com/pt/sustentabilidade/>> Acesso em: 04 ago. 2016.

Série População e Desenvolvimento Sustentável Dinâmica populacional, urbanização e meio ambiente (Subsídios para a Rio +20) Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2014.

SILVA, Frederico Rodrigues. **Avaliação ambiental estratégica como instrumentode promoção do desenvolvimento sustentável**. *Revista Direitos Fundamentais & democracia*, V. 8, n. 8, (jul./dez. 2010), p. 301-329. Curitiba PR, Jul/ dez 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

Sua Pesquisa. Disponível em:< http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/logistica_reversa.htm > Acesso em: 29 dez. 2016.

Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/biometria-e-urna-eletronica/eleicoes>> Acesso em: 07 jun. 2016.

Universidade de São Paulo. Laboratório de Sustentabilidade. **Pilares da Sustetabilidade**. Disponível em:<<http://lassu.usp.br/sustentabilidade/pilares-da-sustentabilidade>>Acesso em: 16 ago. 2016.

WWF Brasil. **O que é sustentabilidade?** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/> Acesso em: 06 jun.2016.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS
Campus Palmas

Coordenadora do Plano de Logística Sustentável do TRE-TO

1. O órgão já realizava alguma ação voltada para a sustentabilidade antes do PLS ser implantado?
2. Qual foi a primeira preocupação da equipe do PLS?
3. Quais foram as principais dificuldades enfrentadas durante os processos de implantação das ações de sustentabilidade no TRE/TO?
4. Quais ações empreendidas você considera de maior relevância? E quais as de maior aceitação junto aos servidores do TRE/TO?
5. Qual o próximo desafio da “Equipe PLS”?
6. Existe a preocupação com a TI Verde? Preocupação desde a aquisição até o descarte dos materiais eletrônicos e informática?
7. A instituição possui os dados ou valores sobre a economia gerada com essa prática adotada? Economia de papel, Economia de energia, Economia de água, Combustível.
8. Quais programas ou software utilizados para a economia de papel?
9. Para onde são destinados os materiais recolhidos na campanha? Quem recolhe? Para onde vai esse material?